

Deputado critica orçamento

ELIANE CANTANHÊDE

BRASÍLIA — A proposta de orçamento da união para 1991 prevê investimentos de US\$ 223 milhões para os ministérios da Aeronáutica e do Exército (somados) e de apenas US\$ 23 milhões para os ministérios da Educação e da Saúde (também somados). Quem registra a desproporção de dez para um é o deputado Célio de Castro (PSB-MG), integrante da Comissão que analisa o assunto no Congresso Nacional e fez a conversão para dólares. “E o presidente Fernando Collor ainda diz que a prioridade do seu governo é a área social”, critica o deputado.

O Ministério da Aeronáutica terá o quinto orçamento para investimentos (US\$ 173 milhões); o do Exército, o sétimo (US\$50 milhões); o da Saúde, o nono (US\$ 12 milhões) e o da Educação, o décimo (US\$ 11 milhões).

“Cada dólar investido ao longo do ano na área social corresponderá a dez dólares na área militar”, acusa Célio de Castro, que no início do mês passado fez um discurso do

plenário da Câmara condenando os gastos militares. A conta não inclui o Ministério da Marinha, que ocupa a décima segunda posição.

Na opinião do deputado, os altos valores para investimentos na Aeronáutica devem ser justificados pela fabricação do caça-bombardeiro AMX.

“E os do Exército, para que são?”, pergunta. Assessores militares respondem que os investimentos previstos serão também para projetos na área social, como a restauração e reorganização de unidades hospitalares da força, que atendem também civis. É o caso do hospital de Tabatinga.

PODER POLÍTICO

Também analisando a proposta de Orçamento enviado pelo Executivo ao Legislativo, e que deverá ser votado até 15 de dezembro, Célio de Castro detectou outros dados que julgou “muito perigosos”. Exemplificou: o Ministério da Economia é o segundo na escala de investimentos previstos para o próximo ano, com

US\$ 2,3 bilhões, apesar de ser apenas normativo.

“Isso significa uma imensa concentração de poder político nesse ministério”, sustenta o deputado.

O mais poderoso e extenso dos ministérios da República, o da Infraestrutura, poderá investir US\$ 13 bilhões em estradas, ferrovias, telefonia, etc.

Célio de Castro destaca, ainda, que a Presidência da República poderá investir US\$ 244 milhões em 1991 e que as entidades em extinção, dissolução ou privatização terão uma gorda fatia de investimentos de US\$ 25 milhões.

“Então, só resta ao governo parar com essa balela de que a prioridade é da área social”, diz ele.

Apesar de reclamações desse tipo, integrantes da equipe econômica do governo que estão fazendo o acompanhamento diário das votações do orçamento apostam numa previsão: a de que, cumprindo uma velha tradição, o Congresso Nacional vai aprovar a proposta de orçamento sem alterar a sua essência.